


## SOUZA, JESSÉ. *A ELITE DO ATRASO. RIO DE JANEIRO: ESTAÇÃO BRASIL, 2019, 272P.*

SOUZA, Raick de Jesus \*

<https://orcid.org/0000-0002-2987-2924> 

Como tem sido escrita a História brasileira? Qual é o paradigma hegemônico que preside os nossos intelectuais na construção de nosso passado? Quais são as raízes do nosso atraso social? Quais seriam as interações entre os intelectuais e os membros da elite política e econômica? São em torno destes questionamentos que se debruça Jessé Souza em seu livro *A elite do atraso: Da escravidão a Bolsonaro*.

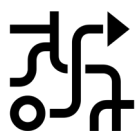
Jessé José Freire de Souza é um jurista, sociólogo, escritor, professor universitário e pesquisador brasileiro da área de Teoria Social. Nascido em Natal, em 1960, desde a década de 1980, quando concluiu sua formação em Direito pela Universidade de Brasília, tem se dedicado a estudar a construção do pensamento intelectual brasileiro. Possui Mestrado em Sociologia pela UnB (1986), Doutorado na mesma área pela Universidade de Heidelberg (1991), Pós-Doutorado em Filosofia e Psicanálise pela New School for Social Research (1994/95) e Livre Docência pela Universidade de Flensburg (2006). Assumiu em 2015 a presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) tendo sido exonerado no ano seguinte após o golpe de Estado.

Sua obra está dividida em três partes, nas quais trata do nosso passado escravista, especialmente a partir de nossa historiografia; a formação das classes sociais e seus antagonismos; e por fim “a corrupção real” e as falácias da grande mídia e das classes dominantes para manipulação da grande massa popular.

Em sua nota preliminar intitulada *O racismo de nossos intelectuais: O brasileiro como vira-lata* o autor argumenta que “o poder é uma questão central de toda sociedade”, e por poder compreendemos não apenas a posse do dinheiro – produto das convenções sociais do mundo moderno – como também o monopólio das ideias intelectuais. Dessa forma, justifica

---

\* Mestre em História das Ciências e da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/COC/FIOCRUZ; Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Professor voluntário do PRÉ-ENEM do Programa de Extensão Territorial do Departamento de Biotecnologia da Universidade Federal da Bahia – UFBA. raickdjs@hotmail.com.



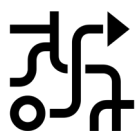
que a construção de uma elite todo-poderosa que domina o Estado só existe para que não vejamos a “elite real” que está nos bastidores da política. Em sua obra, o objetivo do autor é reconstruir os principais elementos da gênese escravista e demonstrar sua influência ainda hoje (SOUZA, 2019, p. 14). O argumento central desse trabalho é provar que, mesmo após a passagem do paradigma do racismo científico para o culturalismo, existe a manutenção da ideia de inferioridade do povo brasileiro em detrimento dos europeus e norte-americanos, norteados a partir da noção de “modernização” (SOUZA, 2019, p. 16-17). A explicação lógica para esse estado de coisa é que, quem domina atualmente, seja economicamente ou politicamente, deve calçar-se na ‘ciência’ e em seus postulados.

Em sua primeira parte, batizada de *A escravidão é nosso berço*, o argumento central defendido é que nossa historiografia, sobretudo, a tradição iniciada com os estudos culturalistas de Gilberto Freyre, naturalizou a ideia de “modernização” e legitimou a subalternidade do povo brasileiro. Outro autor abertamente criticado é Sergio Buarque de Holanda (considerado o pai do liberalismo conservador brasileiro) e suas ideias de “homem cordial” – inferior e desonesto – e de “patrimonialismo”, onde os agentes a frente do Estado são encarados como “vilões” do povo, a fim de esconder os principais dilapidadores e rapinadores de nossas riquezas. Além desses personagens, somam-se a figura de Roberto da Matta, especialmente a partir de seu conceito de “jeitinho brasileiro”.

Em sua segunda parte, denominada *As classes sociais do Brasil Moderno*, mesmo criticado severamente, de acordo com Souza, um dos primeiros intelectuais que mais avançou na compreensão real do Brasil foi Florestan Fernandes, entretanto, o erro deste último teria sido confundir “raça” e “classe”, o que invalidaria uma crítica social realmente satisfatória. O Estado moderno, mesmo iniciado a partir da vinda da família real para o Brasil em 1808, ganhou substância somente a partir de 1930 com o projeto do Estado Novo de Getúlio Vargas, onde o “liberalismo econômico” recebeu os seus maiores incentivos (SOUZA, 2019, p. 118-119). Segundo o autor:

[...] O liberalismo entre nós não surge como demanda de setores burgueses ciosos de garantir espaços de autonomia e ação contra uma ordem estamental e elitista. Dá-se aqui precisamente o contrário. O liberalismo passa a ser o ideário do “mandonismo privado” (SOUZA, 2019, p. 119).

Uma das mais interessantes considerações feitas por Souza é que, no Brasil, a “elite real” alinha-se com a “classe média” e a partir dessa associação é formado o pacto anti-popular, esse mesmo acordo, firmado desde a Revolução Constitucionalista de 1932, justificaria, em partes, a aversão ao PT e as políticas de reparo social implementadas nos



últimos anos. A mais significativa herança do pacto antipopular firmado entre a classe média e a elite real seria a crítica moral ao patrimonialismo e o repúdio ao populismo, tendo como principal veículo a mídia de grande alcance, especialmente a televisão. Além das dinâmicas do pacto, interessa ao intelectual natalense a violência simbólica defendida e perpetrada pelas elites econômicas, sobretudo, a manipulação ideológica da grande massa popular empobrecida e explorada ao longo de nossa história.

Por fim, a terceira e última parte, designada como *A corrupção real e a corrupção dos tolos*, trata da espoliação e exploração por parte da “elite real” da população e das classes trabalhadores e desempregadas. É nesse momento que o autor discute com mais profundidade as estratégias adotadas pela elite real, apoiada pela classe média, pela grande mídia e pelo judiciário contra o governo populista do PT. Seu argumento central é que, a corrupção real não estava na gestão do Estado, como fomos levados a acreditar, pois, essa serviu apenas como bode expiatório para ocultar a verdadeira corrupção perpetrada pela pequena parcela de detentores das grandes fortunas.

[...] Foi isso que fez com que, quando a Rede Globo e a grande mídia conservadora chamaram seu público cativo – a fração protofascista da classe média – às ruas entre 2013 e 2016, quantidades significativas de pessoas das outras frações também reagissem ao apelo. Toda a manipulação política desses setores é marcada pelo prestígio da noção de patrimonialismo e, por consequência, da corrupção apenas da política, e nunca do mercado (SOUZA, 2019, p. 192).

Consoante ao autor, nessa esteira, além do ódio construído ao longo dos últimos anos ao governo do PT, também havia a aversão enrustida a figura do pobre, uma herança de nossa gênese escravista. O resultado desastroso desse embate de interesses entre as classes, colocado em curso pela operação Lava Jato, foi a eleição de Jair Bolsonaro, defensor máximo de um discurso fascista e apoiador de um regime autoritário e ditatorial.

Em linhas gerais, essa é uma brilhante investigação, rica não apenas pelo seu valor empírico, como também pela lógica metodológica. Todavia, acreditamos que, alguns pontos devem ser problematizados, a fim de enriquecer essa abordagem. O primeiro ponto, talvez o mais delicado de todo o trabalho, é a definição não historicizada de “culturalismo”. De acordo com Souza, a gênese do culturalismo brasileiro se dá com as proposições apresentadas por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, orientado, sobremaneira pela Antropologia cultural do estadunidense Franz Boas. Todavia, trazendo para o campo da História, o culturalismo adentrou os circuitos intelectuais brasileiros ainda na segunda metade do século XIX a partir de suas vertentes francesa e alemã, esta última, fazia distinção entre os conceitos de *bildung* e *kultur*. Ambas, mesmo sendo traduzidas como “cultura”,



possuem uma sensível distinção, onde a primeira estava mais ligada a uma noção de construir cultura, como algo individual e singular, ou seja, interação entre o sujeito e a coletividade; e a segunda, por sua vez, estava diretamente ligada a ideia de coletividade, melhor dizendo, civilização material e simbólica de uma dada comunidade. Dessa forma, enquanto *bildung* estaria relacionada ao cultivo de si, *kultur* seria a totalidade das realizações mentais, artísticas e materiais de um povo, isto é, expressão do desenvolvimento social. As duas, entretanto, ao longo do tempo, passam a representar apenas uma ideia singular de “civilização”. O segundo ponto, delicado por sua própria natureza, é a ideia de que a intelectualidade brasileira nunca desenvolveu uma crítica satisfatória aos dogmas conservadores, sobretudo com relação as concepções de “classe” e “raça”, pois, uma simples investigação de nossas produções acadêmicas colocaria em xeque esta compreensão.

Por fim, gostaríamos de saudar o trabalho do nosso intelectual potiguar e fomentar a sua leitura crítica.

Recebido em : 16/04/2020

Aprovado em : 04/09/2020